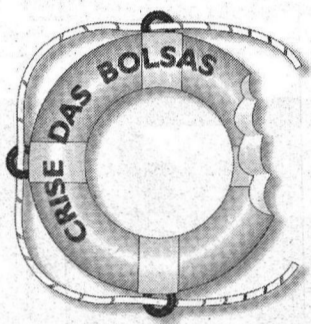


UMA DAS MEDIDAS EM ESTUDO É A REDUÇÃO DO TETO DA APOSENTADORIA DE R\$ 10,8 MIL PARA R\$ 5 MIL

SERVIDOR PAGA MAIS



Lydia Medeiros e Regina Alvarez
Da equipe do Correio

Os servidores públicos que se preparem. São eles que devem pagar a maior parte do ajuste fiscal. O conjunto de propostas encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso pela equipe econômica inclui o aumento da alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 15% para os funcionários e estende a cobrança aos aposentados, que pagariam 11%. Fernando Henrique está estudando a viabilidade política dessas medidas, mas em conversas com assessores já admitiu que o ajuste vai pesar especialmente no bolso do funcionalismo, um milhão de pessoas que ainda mantêm privilégios em relação ao conjunto da população, na opinião dele.

Mas essas não serão as únicas medidas para reduzir o déficit de R\$ 17 bilhões da Previdência Social do setor público. Concluída a reforma constitucional, que pode gerar economia de R\$ 2,4 bilhões já em 1999, o governo deve enviar ao Congresso propostas específicas de mudança da Constituição. A principal delas é a redução do teto salarial para aposentadorias do setor público para R\$ 5 mil. Hoje, o teto equivale ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal — hoje de R\$ 10,8 mil, mas que pode ser elevado para até R\$ 20 mil pelo próprio Supremo. O governo chegou a pensar em propor a redução imediata do valor da aposentadoria sob a forma de um empréstimo compulsório. Servidores que se aposentaram com idade entre 40 e 52 anos teriam retida a parcela do salário que excedesse aquele limite. A ideia foi arquivada.

As novas emendas constitucionais podem tratar também de pontos da reforma da Previdência que foram derrubados pelo Congresso. O governo não desistiu da ideia de vincular a aposentadoria a uma idade mínima combinada com o tempo de contribuição. Ela seria de 60 anos para as mulheres e 65 para os homens. Para quem já está no mercado de trabalho, a idade mínima fixada pela emenda da previdência — de 48 anos para as mulheres e 53 para os homens — poderia ser elevada. As mudanças no sistema de con-

tribuição do funcionalismo podem render à Previdência de R\$ 3 a R\$ 5 bilhões, segundo cálculos da equipe econômica e de políticos governistas. A área jurídica do governo, no entanto, ainda tem dúvidas se a medida fere direitos adquiridos. Há interpretações que garantiriam aos inativos a prerrogativa de continuarem isentos, uma vez que ao se aposentaram a cobrança não existia. A proposta era parte do projeto de emenda constitucional derrubada pelo Congresso. Para reapresentá-la ainda este ano, o governo terá que

recorrer a sua base parlamentar. O projeto seria assinado pela maioria absoluta dos deputados, ou líderes que a representem para evitar problemas regimentais.

A maior dificuldade para aprovar a medida deve ser política. O governo havia se comprometido com o Congresso a não retomar a ideia. Mas não faltam argumentos no Planalto para desfazer o acordo. Um deles é a expectativa de vida dos aposentados, que hoje em dia é mais alta e agravará o rombo nas contas da Previdência. Outro é usado pelo

O QUE PODE CONTER O PACOTE FISCAL

Ministérios

O governo deve reduzir o número de ministérios a partir de janeiro e os servidores públicos que sobra devem ser mandados para casa, recebendo apenas uma parte dos salários.

Gatilho

Criação, em projeto de lei complementar, de mecanismo que cancelará despesas automaticamente sempre que ultrapassarem os tetos do orçamento. Os administradores públicos, incluindo governadores e prefeitos, que gastarem o que não têm poderão ser punidos. Depende de aprovação do Congresso.

Previdência

Aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso ainda este ano pode reduzir despesas em R\$ 1,7 bilhão. Outras medidas para enxugar gastos garantem economia de mais R\$ 700 milhões.

Contribuição

O governo pode propor aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 15% no ano que vem. Os inativos também passariam a contribuir com 11% do benefício. Estuda-se a redução do teto da aposentadoria dos servidores para R\$ 5 mil.

Subsídios

Cortes de subsídios e incentivos fiscais concedidos ao Norte, Nordeste e à Zona Franca de Manaus. O subsídio anual de R\$ 1 bilhão ao Proálcool, pago pela Petrobras, também deve ser cortado.

AUMENTO DE RECEITAS

Fortunas
O governo quer aprovar projeto de lei que cria o imposto sobre grandes fortunas com o objetivo de tributar pessoas com patrimônio acima de R\$ 4 milhões. A arrecadação estimada com esse imposto é entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões.

CPMF

Aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), conhecida como imposto sobre cheques, de 0,2% para 0,3%. Vai gerar receita extra de R\$ 4 bilhões por ano.

Imposto de Renda

Manutenção por mais dois anos (até 2001) da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda das pessoas físicas com salários acima de R\$ 1.800.

Fundo

Prorrogação da vigência do Fundo de

Estabilização Fiscal (FEF)

que vence em 1999, por mais dois anos, e ampliação do percentual de receitas de 20% para 30%. A medida reduziria o repasse de recursos da União para estados e municípios.

Cofins

O governo deve tentar mais uma vez aprovar a cobrança da Cofins (contribuição sobre o faturamento) de 2% dos bancos. Renderia receita extra de R\$ 1,2 bilhão.

IOF

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a entrada de capital especulativo deve subir de 2% para 10%.

Combustíveis

O governo pode propor um imposto sobre consumo de combustíveis para garantir a receita extra que necessita.

Editoria de Arte/Amorim Jr.

de última hora na proposta enviada ao presidente Fernando Henrique como alternativa para conseguir a receita extra que o governo precisa em 1999. Uma delas é um imposto sobre o consumo de combustíveis. A receita desse imposto seria parcialmente usada para eliminar o subsídio ao Proálcool de cerca de R\$ 1 bilhão que hoje é bancado pela Petrobras. Há também a possibilidade de elevar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre viagens ao exterior. Além de aumentar a arrecadação, a medida poderia reduzir o

rombo nas contas externas.

O economista João Paulo Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento nos governos Geisel e Médici, fez ontem uma visita de duas horas ao ministro da Fazenda, Pedro Malan. "O Brasil mostrou ao mercado internacional que respeita as regras do jogo. E resgatará sua credibilidade, ajustando as contas: sem recorrer ao controle cambial ou de importações", disse Velloso, na saída.

■ Participou: Ana Julia Pinheiro.